

Tensões da realeza sagrada no século XVII: Bossuet interlocutor de Maquiavel

Tensions surrounding holy kingship in the 17th century: Bossuet as maquiavel's interlocutor

Marcos Antônio Lopes¹

De todas as monarquias a melhor é a sucessiva ou hereditária, sobretudo quando ela passa de varão a varão e de primogênito a primogênito.
Bossuet

Era tão grande seu valor que, sendo ainda um simples particular, se dizia dele que nada lhe faltava para reinar, a não ser um reino.
Maquiavel

Abstract

This article aims to analyze the pragmatic and combative nature of the work of Bossuet, standing out as a great thinker of the ecclesiastical and official theory in France in the second half of the 17th century and how its authority was used in defense of the traditions and stability of the political order.

Key-Words: Historical Thought, Political Ideas, Holy Kingship, the 17th Century.

Resumo

O artigo analisa o caráter pragmático e combativo da obra do Bossuet, ressaltando como essa grande expressão do pensamento eclesástico e oficial na França da segunda metade do século XVII utilizou-se do peso de sua autoridade na defesa da tradição e da estabilidade da ordem política.

Palavras-chave: pensamento histórico, idéias políticas, realeza sagrada, século XVII.

Introdução

Por mais ligado que esteja um grande escritor político à sua época, por mais direcionada que esteja sua obra aos combates travados com questões e problemas formulados no próprio contexto de produção do texto, sempre há a intenção de se estabelecer diálogo com a tradição teórica que o precedeu, até porque a tradição expõe problemas que a posteridade nunca considera suficientemente resol-

¹ Doutor em História pela USP. Professor de História Moderna na Unioeste/PR. Endereço eletrônico: malopes@certto.com.br

vidos. Tendo vivido num mundo de conflitos extremos, o que Paul Hazard denominou de a "crise da consciência europeia", esse raciocínio é tanto mais válido para Bossuet.² No grande duelo travado entre o mundo da ortodoxia conformista e o novo universo do racionalismo cartesiano, o autor tomou o partido da velha guarda. Deste modo, a tentativa de compreensão de Bossuet, em meio a seus diálogos com autores que o precederam, deve passar pela recuperação de suas segundas e terceiras intenções, i. e., ao que e a quem ele responde. Se sua obra política deve ser encarada como um construto histórico-social, constituindo-se como qualquer outra num ato de reação às várias dimensões da realidade de seu mundo, é preciso ser apreendida ainda como uma tentativa de estabelecer diálogo com a tradição do pensamento político, via na qual o autor opta pela refutação aberta da lógica maquiaveliana.

Esta forma de análise da obra de Bossuet pode apresentar vários pontos frágeis de interpretação, mas evita a atitude extrema de procurar a versão do autor com base apenas na análise de seu texto isolado, bem como se afasta da inadequação dos historiadores das idéias políticas mais tradicionais, em focar o sentido de uma obra apenas como expressão de uma dada conjuntura histórica. Certamente, a compreensão de um texto exige uma reconstrução do contexto, tornando mais acessíveis as intenções de um autor. Mas, uma boa interpretação, que pretenda situar-se dentro das mais recentes perspectivas da história das idéias, é aquela que procura também alargar o foco, tentando perceber as idiosincrasias do autor, ou seja, as peculiaridades de seu pensamento; isto, é claro, sem deixar de reintegrá-lo ao mundo histórico a que pertenceu. Como salienta um historiador do pensamento político – Quentin Skinner –, a tarefa na interpretação de um texto é determinar o que o autor em causa, ao escrever na época em que escreveu e para a audiência a que pretendia se dirigir, poderia ter a intenção de comunicar e como as circunstâncias atuaram sobre seus propósitos.³

Antimaquiavelismo e História Sagrada

Escrevendo nas três últimas décadas do século XVII para príncipes e para a ampla audiência eclesiástica europeia, a obra histórica e política de Bossuet alcançou uma forte ressonância. Seus *Discours sur l'Histoire Universelle*, preparado para o filho de Luís XIV como

² Cf. HAZARD, P. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Cosmos, 1971.

³ Cf. SKINNER, Q. "Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action". In: TULLY, J. *Meaning and Context. Quentin Skinner and his critics*. Cambridge: Polity Press/Basil Blackwell, 1988.

texto de cultura geral, marcou época entre as elites cultas do reino. Já a *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*, produzida pelas circunstâncias profissionais do preceptorado para atender ao mesmo fim pedagógico, não teve a mesma sorte, sendo publicada postumamente. Jacques Le Brun mostra como o autor retrabalhou-a descontinuamente ao longo dos quinze últimos anos de sua vida, aprimorando-a literária e teoricamente.⁴

Nessas duas obras ficam muito evidentes as formas como confluem teoria e prática do poder, como se entrelaçam a discussão filosófica e os problemas da ordem pública, tão atentamente abordados por Bossuet, mesmo que o seu universo preferencial tenha sido mundos tão distantes como a Palestina antiga e as sociedades do Oriente próximo. Espírito profundamente marcado pelas guerras civis que abalaram a França por meia década, o problema da insegurança nascida num Estado onde reinam vários senhores, é uma nota forte em seus textos. Seu culto excessivo do absolutismo real se explica por sua inabalável crença, aliás amplamente compartilhada por seus contemporâneos, de que o poder concentrado e exercido por um só seria a única via capaz de afastar para sempre o vale de lágrimas em que havia se tornado a França nos anos da Fronda. Sua defesa convicta e apaixonada do direito divino dos reis foi como “a esperança posta na ordem política como via de salvação pública”.⁵

Em resumo, a “intenção”, a “audiência” e as “circunstâncias” são elementos permanentes identificados com relativa freqüência nos textos do cortesão de Luís XIV. O problema que interessa é saber de que forma Bossuet participa do diálogo com a tradição política, a quem escolhe por interlocutores, e em relação a quais temas. Nesse sentido, os comentaristas do Preceptor do Delfim apontam pistas gerais, mas não oferecem detalhes. De maneira bastante ampla, Jacques Le Brun afirma que a história sagrada de Monsieur de Condom está marcada pela tentativa de corrigir as profanações do maquiavelismo político:

...aderir à Companhia do Santo Sacramento implicava para Bossuet uma certa escolha moral que, por sua vez, implicava certas opções políticas: era a afirmação de uma influência da religião nas coisas humanas; o mundo é uma realidade dominada pelo maquiavelismo e o egoísmo, e o devoto trabalha para mudar este mundo: assistência aos pobres, missões estrangeiras, educação, etc...⁶

⁴ Cf. LE BRUN, J. “Introduction”. In: BOSSUET, J.-B. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève: Droz, 1967.

⁵ GARCIA-PELAYO, M. *Del mito y de la razón en el pensamiento político*. Madrid: Revista de Occidente, 1968.

⁶ LE BRUN, J. *Op. cit.* p. VIII.

Em sentido igualmente generalizante, Jacques Truchet sustenta que "...sua obra política, como a de todos os teóricos de inspiração cristã desse tempo, é em grande medida um anti-Maquiavel".⁷ Jean-Maurice Bizière e Jacques Solé insinuam que seu elogio do absolutismo é "antimaquiavélico porque de direito divino".⁸ Mas também é só. É por demais conhecido o grande impacto e o imenso estrago que *O Príncipe* causou na forma de construir teorias e de conduzir a prática do poder na Europa Moderna. No caso específico da França da segunda metade do século XVII, época em que escreve Bossuet, é interessante notar um Cardeal Mazarino, que não se contentando em adotar posições declaradamente maquiavelianas em seu corpo-a-corpo político, se deu ao trabalho de escrever um pequeno tratado sobre essas boas maneiras.⁹

Guardadas as devidas proporções, o *Breviarum politicorum* desse príncipe italiano em trono francês, também conheceu um sucesso fantástico em toda a Europa. Obra publicada postumamente, foi impressa mais de dez vezes durante o reinado de Luís XIV. Trata-se, na verdade, de um desfile de máximas cínicas, despudoradas e, em certos casos, até mesmo ridículas, vindas de uma personalidade que, optando por entregar a alma ao diabo, acabou por preparar os dias de maior glória da França monárquica. Odiado pelo povo e pelas elites, seu livro foi considerado obra de fundo diabólico, não encontrando nenhum espaço editorial na França. Um perfil interessante de Mazarino é aquele que oferece o frondista Cardeal de Retz:

*O seu nascimento era baixo, e a sua infância vergonhosa. Ao sair do Coliseu aprendeu a roubar, o que lhe valeu umas bastonadas de um ourives de Roma... Foi capitão de infantaria em Valteline; e Bagni, que era seu general, disse-me que durante a guerra, que apenas durara três meses, fora sempre tido por vigarista. Obteve uma nunciatura extraordinária em França, por favor do Cardeal Antoine, coisa que nesse tempo apenas se conseguia com alguns meios... caiu nas graças de Richelieu, que o fez Cardeal... A púrpura não o impediu no entanto, de continuar laçao sob Richelieu. Porque a rainha o tivesse escolhido, à falta de outro, diga-se o que se disser, parecia o original de Trivelino Príncipe. E como a sorte o tivesse cegado... erigiu-se e erigiram-no em Richelieu: mas dele só teve a impudência da imitação. O que fizera a glória de um, fazia a vergonha do outro. Troçou da religião. Prometeu tudo, porque não tinha palavra para nada.*¹⁰

⁷ TRUCHET, Jacques (org.). "Introduction". *Politique de Bossuet*. Paris: Armand Colin, 1966. (Collection U) p. 16.

⁸ BIZIÈRE, J.-M. & SOLÉ, J. *Dictionnaire des biographies. La France Moderne*. Paris: Armand Colin, 1993. p. 42.

⁹ Cf. MAZARINO. *Breviário dos políticos*. Brasília: Alhambra, s/d. (Há uma melhor e mais recente edição pela Martins Fontes).

¹⁰ DE RETZ. *A fronda*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973. p. 46.

Na posteridade, o Cardeal de Retz também haveria de encontrar os seus admiradores. Nas *Cartas Inglesas* Voltaire o definiu da seguinte maneira: “muita inteligência e muito talento, mal empregados”. Se a partir da segunda metade do reinado de Luís XIV foi possível falar de uma “Europa francesa”, essa poderosa influência da cultura e do idioma viabilizou-se por suas vitórias militares e os tratados arditamente celebrados por ele, como o de Vestefália. Isso para não falar na idéia maquiaveliana da “economia da violência”, tão bem empregada por Richelieu, e que consistia num choque breve mas severo, num único golpe tão rude que evitasse tanto o dispêndio da energia de golpes sucessivos, quanto as investidas futuras do inimigo porque os homens “... se vingarão de pequenas injúrias, mas não poderão vingar-se de agressões graves”.¹¹

Certamente, o maquiavelismo político é um princípio teórico que sempre foi universalmente colocado em prática, séculos e séculos antes de o historiador florentino sintetizar suas regras. Ao estudar a história antiga, e o passado mais recente da Itália, Maquiavel destacou os vários modelos que se aproximavam do príncipe perfeito, quanto mais conseguiram instrumentalizar os preceitos que ele julgava mais procedentes no mundo do poder. Em se tratando *O Príncipe* de obra tão difundida em toda a Europa Moderna, é razoável supor que o maquiavelismo político desses príncipes eclesiásticos franceses foi, em parte, desenvolvido pela leitura direta ou indireta de Maquiavel.

Mas o fato inquestionável é que, no chamado “século dos santos” francês, as controvérsias estimuladas pelos juízos da História Sagrada – em reação à grande voga dos princípios libertinos, para o desabrochamento do qual o maquiavelismo trouxe sua contribuição –, são traços muito evidentes na literatura francesa. Bossuet participou intensamente desse debate e, no que diz respeito à sua defesa do princípio sangüíneo como fundamento da instituição monárquica, sua argumentação é uma resposta direta ao conceito maquiaveliano de *virtù*, ou seja, o princípio da realza ancorada na eficácia do indivíduo, no heroísmo do feito, na capacidade de irromper de uma posição periférica, abalar a ordem do centro, e fundar algo novo, estável e duradouro.

Em sua *Vida de Castruccio Castracani* e no *Príncipe*, Maquiavel não faz rodeios para afirmar que o direito do primeiro ocupante ao trono é sempre anulado pelo direito de conquista, e além do exemplo histórico do próprio Castruccio, enumera vasto elenco de novos príncipes, que encontraram como fundamento de sua autoridade apenas o valor pessoal, e uma parcela de sorte, em circunstâncias favoráveis. No campo do poder, o autor da *História de Florença* está particularmente empenhado em negligenciar o princípio hereditário,

¹¹ MAQUIAVEL. *A arte da guerra e outros ensaios*. Brasília: EUB, 1982. p. 78.

a ponto de desdenhar a própria prudência, uma das virtudes cardeais exaltadas pelos *espelhos de príncipes*, da Baixa Idade Média a meados do século XVII. Vejamos de que forma Maquiavel fará sua aposta no modelo da realeza heróica:

Caríssimos amigos: os que refletem sobre o assunto se maravilham de que todos – ou quase todos – que realizaram grandes feitos neste mundo, fazendo-se notar dentre seus contemporâneos, tiveram origem obscura e humilde, tendo sido submetidos pela sorte a todo tipo de provações, ou estiveram expostos às feras ou seus genitores foram tão vis que a vergonha os levou a tomar como pai a Júpiter ou alguma outra divindade. Seria fastidioso referir-lhes os nomes; muitos deles são conhecidos, e ao leitor seria inoportuna tal repetição, que por isso omitiremos. Estou convencido de que a sorte, para demonstrar que é ela que dá grandeza aos homens, e não a prudência, começa a exhibir sua força antes de que esta última tenha ocasião de revelar a sua, de modo que se lhe reconheça o maior poder.¹²

Na *Politique* de Bossuet também há espaço para a *virtù*, mas fundada na crença de que muitos dos valores e energia pessoais dos príncipes são misteriosamente transmitidos de pais para filhos. O objetivo é demonstrar que, na defesa do caráter sagrado da realeza, a hereditariedade nas sucessões reais é um princípio tão básico que até dispensaria comentários, se ele próprio, Bossuet, não se dispusesse a escrever sobre a questão, como desagravo às injúrias maquiavelianas. A hereditariedade do poder real e, de uma maneira geral, dos ofícios públicos, foi um sistema socialmente aceito em todas as nações européias durante a Época Moderna. Para Gaston Bouthoul o fator “hereditariedade” está mais presente em sociedades onde a vida média da população é curta, e nas quais certos ofícios exigem longas aprendizagens, o que de fato ocorria com o catecismo do *métier royal*.¹³ Na França do Antigo Regime, a hereditariedade era um princípio arraigado, e na esfera do poder tanto mais forte porque enraizado num passado mítico, na tradição de um reino que desde sua origem fora bafejado pela graça divina. Os mitos da hereditariedade, e da França como a nova terra prometida, tão firmemente defendidos por Bossuet, não deixaram de ser alvo dos comentários zombeteiros de Voltaire. No *Siècle de Louis XIV* o autor considera que

Os antigos reis da Europa pretendem que são totalmente iguais entre si, pretensão muito natural; mas os reis de França reclamaram sempre a precedência merecida pela antigüidade de sua estirpe e de seu reino, e se não têm cedido aos imperadores, é porque os homens nunca são bastante audazes para romper com

¹² *Idem, ibidem*, p. 45.

¹³ Cf. BOUTHOUIL, G. *Sociologia da Política*. São Paulo: Difel, 1967; MOUSNIER, R. *La monarchie absolue en Europe: del siglo V a nuestros días*. Madrid: Taurus, 1986.

uma larga prática. ... Os reis de França podiam disputar a precedência aos imperadores, posto que a França fundou o verdadeiro império do Ocidente, cujo nome subsiste só na Alemanha. Tinha para si não só a superioridade de uma coroa hereditária sobre uma dignidade eletiva, senão a vantagem de descender, em série ininterrupta, de soberanos que reinaram sobre uma grande monarquia vários séculos antes de que, no mundo inteiro, nenhuma das casas que hoje cingem coroa houvesse alcançado alguma altura. Alegavam em seu favor o nome de cristianíssimo.¹⁴

De fato, até a época de Bossuet, o poder dos reis franceses era efetivamente fragmentado, no que se refere ao domínio territorial. Mas, na perspectiva do século XVII, os reis franceses ocupam na ordem política, absorvida pela religião, o lugar de primeiro príncipe da cristandade, o único dignitário sagrado pelos sucessores de Saint-Rémy e ligado a uma origem miraculosa. As realezas européias foram fundadas sob óticas bem diferentes da francesa, cujo princípio ou marco era o batismo de Clóvis e sua sagração em Reims. O que pode ser motivo de uma certa pilhéria por parte de um espírito crítico e ilustrado como Voltaire, na segunda metade do século XVIII, muito certamente não condiz com o espírito do tempo de Bossuet. Para um autor que se esforçou nos seus textos em fortalecer os mitos de um reino privilegiado por Deus, e que acreditou verdadeiramente que sua pátria fôra alçada pela Providência muito acima das demais nações européias, o princípio da hereditariedade passa por algo tão antigo e natural que independe da vontade dos homens, já que encontra no passado imemorial todo seu amplo apelo público e indiscutível autoridade.

Quanto à sua doutrina da realeza sagrada, a coroa é um legado da Providência: o príncipe não a recebe verdadeiramente de seu predecessor, mas por força da lei da hereditariedade. Isso significa que no reino da França, a lei de sucessão não pode ficar sujeita aos alvitre dos reis, não havendo decreto, edito ou renúncia que a possa destruir ou descaracterizar. Nesse sentido, parece bem preocupante a reflexão de Jean de La Bruyère, quando se pergunta – tendo em seu horizonte a existência histórica de uns reis fracos – se “não será excessivo, para aquele que ocupa um lugar por direito hereditário, suportar haver nascido rei?”¹⁵

Se na *Politique* de Bossuet a realeza está indissociavelmente ligada ao princípio da hereditariedade, e se se aceita como fato evidente que a afirmação desse mesmo princípio faz a obra assumir as colorações de um aberto antimaquiavelismo, essa constatação leva a refletir sobre o poder real fazendo apelo a certas distinções

¹⁴ VOLTAIRE. *El siglo de Luiz XIV*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954. pp. 73-74.

¹⁵ LA BRUYÈRE, Jean de. *Les caractères ou les moeurs de ce siècle*. Paris: Hachette, 1890. (Publiés avec Discours sur Théophraste suivis du Discours à l'Académie Française. Notes de G. Servois et A. Rébelliau). p. 282.

estabelecidas pela antropologia política, ou seja, entre uma realeza instituída pelo valor heróico do príncipe – o que se reconhece pela imagem do rei mágico –, e outra fundada na tradição de um passado mítico da casa real.¹⁶ No século XVII, e mais especificamente na época de Bossuet, o poder real implicava na hereditariedade das sucessões reais. A afirmação do princípio puramente sangüíneo como único elemento de definição das sucessões, com o advento de Luís XIII, afastara para sempre a aclamação da assembleia dos grandes do reino. Recorde-se que a monarquia francesa é hereditária desde a ascensão de Hugo Capeto, em 987.

Mas, até Filipe Augusto, tornado rei em 1180, o príncipe herdeiro devia ser associado ao trono ainda em vida de seu pai, para ter garantida a aclamação da assembleia de notáveis: “Desde então convencido sobre o futuro, ou consciente de sua legitimidade e dos serviços prestados – Bouvines – este príncipe é o primeiro de sua dinastia a não fazer sagrar seu filho em vida”.¹⁷ Henry Montaigu considera que Bouvines foi o episódio determinante da epopéia real na Baixa Idade Média: um ato miraculoso que marcou para sempre a alma coletiva dos franceses. Num reino que sempre respeitara a tradição como lei sagrada, o princípio da hereditariedade se afirmou ainda mais. Luís XIII e Luís XIV foram reis na mais tenra idade, e não aos quatorze anos, maioridade convencional dos soberanos franceses. O que mudou nas sucessões reais, a partir de 1610, foi a regulamentação dos atos públicos, ou seja, o cerimonial.¹⁸

Na *Politique* de Bossuet a monarquia emerge desde a mais alta antigüidade bíblica numa busca ininterrupta de sua própria perpetuação, como uma negação contínua do efêmero. Para o autor, mesmo que o rei seja perecível, por força das limitações de seu corpo físico, sua autoridade é imortal, a monarquia subsistindo para sempre: “É porque todos os povos quiseram dar às suas leis uma origem divina, e aqueles que não as têm, disfarçaram tê-la”.¹⁹ Na *Politique* do autor, a busca do Estado monárquico pela duração, os seus anseios por perpetuar-se no tempo, resolvem-se por uma procura da transcendência na esfera central do poder. Em outras palavras, a intemporalidade da instituição monárquica está na sacralidade da realeza:

¹⁶ Acerca da figura do “rei mágico” q. v. MAKARIUS, L. “Le roi-magique et le roi-divin”. In: *Annales ESC* Paris: n.03, mai-juin, 1970.

¹⁷ MONTAIGU, H. *La couronne de feu: introduction à la lecture symbolique de l'Histoire de France*. Paris: Dervy-Livres, 1987. p. 100.

¹⁸ Acerca das cerimônias da realeza do *Ancien Régime* q. v. BOUTREAU, A. “Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique”. In: *Annales ESC* Paris: n. 06, 1991; BRYANT, L. M. “La cérémonie de l'entrée à Paris au Moyen Age”. In: *Annales ESC* Paris: n.03, 1986; GIESEY, R. “Modèles de pouvoir dans le rites royaux en France”. In: *Annales ESC* Paris: n. 03, 1986; MADDEN, Sarah Hanley. “L'idéologie constitutionnelle en France: le Lit de Justice”. *Annales ESC*, n. 01, 1982. Estudos de historiadores franceses que também estudam as cerimônias reais; MONTAIGU, H. Op. cit.; VALENSISE, M. “Le sacre du roi: stratégie symbolique et doctrine politique de la monarchie française”. In: *Annales ESC* Paris: n. 03, 1986.

¹⁹ BOSSUET, J.-B. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève: Droz, 1967. (Edition critique avec introduction et notes par Jacques le Brun). p. 27.

Temos estabelecido pelas Escrituras, que a realeza tem sua origem na própria Divindade; que Deus também a exerceu visivelmente sobre os homens desde o começo do mundo; que ele continuou esse exercício sobrenatural e miraculoso sobre o povo de Israel, até o tempo do estabelecimento dos reis; quando então Ele escolheu o Estado monárquico e hereditário, como o mais natural e o mais durável...Assim temos encontrado que pela ordem da divina Providência, a constituição deste reino foi, desde sua origem, a mais conforme à vontade de Deus, segundo é declarada pelas Escrituras. Não temos esquecido que na Antigüidade apareceram outras formas de governo sobre as quais Deus não prescreveu ao gênero humano; de maneira que cada povo deve seguir como uma ordem divina o governo estabelecido em seu país, porque Deus é um Deus de paz, e que quer a tranqüilidade das coisas humanas.²⁰

Poder e religião são aproximados continuamente na obra do Bispo de Meaux como categorias reflexivas, e abordados quase estritamente sob o aspecto teológico. Ainda que reconheça que num tempo remotíssimo existiram governos fundados no direito de conquista, e estabelecidos pela ação de um príncipe carismático e virtuoso na religião e na fé, que acabou por se tornar legítimo, o autor privilegia sempre a hereditariedade. É porque ela é mais compatível com a história sagrada conduzida pela Providência, constituindo-se no pólo religioso do poder real. Para Bossuet, a realeza sangüínea sempre foi e sempre será o princípio político mais perfeito: "é natural e agradável não mostrar ao príncipe outro sucessor que não seu filho: quer dizer, um outro ele-mesmo, ou o que ele tem de mais próximo. Então ele vê sem inveja seu reino passar para outras mãos".²¹

Com as guerras de religião bem quentes na memória dos franceses da segunda metade do século XVII, e a lembrança ainda muito próxima da Fronda, a literatura política da segunda metade do século XVII procurou acentuar os fundamentos da autoridade sagrada: de forma mais sistemática o passado foi trabalhado no sentido de se colocar um acento grave sobre a força criadora do poder real, sem solução de continuidade. O valor da tradição dinástica, que ligava o soberano a uma ordem ancestral, foi freqüentemente associado à ordem celeste. Na *Politique*, a legitimidade dinástica tem fundamentos históricos e religiosos. São as dimensões simbólicas e misteriosas do aspecto hereditário que transferem caráter sagrado à autoridade real. O direito de conquista foi algo que existiu no início dos tempos, admite Bossuet, e no caso da Terra Santa, porque ela se encontrava despovoada; os povos que se arrogaram como seus legítimos ocupantes aí chegaram após o assentamento do povo de Deus.

Bossuet quer mostrar com esse exemplo histórico que a realeza não pode ser suspensa pelo feito mágico de um conquistador;

²⁰ *Idem, ibidem*. pp. 62-63.

²¹ *Idem, ibidem*. p. 57.

sendo o direito de governar hereditário e irrevogável, adquirido pelos sagrados mistérios do nascimento, não pode perder-se por qualquer ação terrena. Ele defende que as sucessões reais devem sempre regulamentar-se pela lei da primogenitura, salvo em manifestações contrárias da própria Providência. Este é o caso em que Davi foi inspirado a associar Salomão ao trono, um de seus filhos mais jovens. Estudando as monarquias do século XVII, e mais especificamente as sucessões reais, da forma como foram pensadas pelos escritores políticos na França borbônica e na Inglaterra dos Stuarts, J. Neville Figgis destaca o princípio doutrinário defendido à época, o de que mesmo que o herdeiro se revele com pouca ou nenhuma capacidade para o comando, não pode ter seu poder limitado ou usurpado.²²

Como insinua Figgis, a boa e plena capacidade para governar não é um dom inerente ao governante uma vez que o direito de reger não significa reger direito. Em casos de usurpação, independentemente do tempo decorrido escritores realistas da época defendiam que o direito pertenceria sempre à casa destituída. Desde que o herdeiro viva, mesmo decorridos mil anos, ele é o rei por direito hereditário. Isto significa que, se na França do século XVII surgisse um descendente direto de Carlos Magno, seria preciso anular o direito de vinte gerações de reis capetínges, o que seria, no mínimo, um absurdo.

Esta não é exatamente a posição de Bossuet, porque para ele há uma espécie de "regra da longa possessão". De fato, ele é um defensor empedernido da hereditariedade. Mas admite a legitimidade de um "novo" poder, desde que o governante não se encontrasse há muito consolidado. Apenas nesse caso as tentativas de restauração seriam ilegítimas. Virar as costas para isso seria o mesmo que dar margem para pretensões de cabeças destronadas que nunca teriam fim. Apesar do idealismo de sua teologia política, o autor não se perde em nostalgias legitimistas: reconhece simplesmente o direito à continuidade de um governo que se transformou, de longa data, em realidade. Em sua defesa do aspecto dinástico e do princípio da hereditariedade, toda tentativa de usurpação é vista como um desacato ao providencialismo, desígnio misterioso que institui os reis. Se Deus condena e pune exemplarmente os maus reis, o que dirá do usurpador que incorre nesse crime hediondo, ao mesmo tempo que no pecado da insubmissão? É preciso suportar com resignação qualquer sofrimento imputado pela realeza, o que na concepção política de Bossuet se conhece pelo princípio da "desobediência passiva":

Devemos nos ligar à forma de governo que se encontra estabelecida no país. Que toda alma seja submissa aos poderes superiores: porque não há absolutamente autoridade que não seja de Deus;

²² Cf. FIGGIS, J. N. *El derecho divino de los reyes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.

e todas aquelas que são, é Deus quem as estabeleceu; assim, quem resiste à autoridade resiste à ordem de Deus'. Não há nenhuma forma de governo, nem nenhum estabelecimento humano que não tenha seus inconvenientes, de maneira que é preciso manter o Estado no qual um longo tempo acostumou o povo. É porque Deus toma em sua proteção todos os governos legítimos, de qualquer forma que eles estejam estabelecidos: quem pretende subvertê-los não é somente inimigo público, mas ainda inimigo de Deus.²³

É possível reconhecer nesta passagem a repulsa que inspira ao autor tudo que é movimento e ruptura na esfera do poder. Aí está sintetizado todo o antimaquiavelismo que perpassa sua obra, constituindo-se numa resposta seca e direta a determinados sacrilégios cometidos pelo sacrílego Maquiavel. Pois não fôra ele que afirmara que "o desejo de conquista é algo muito natural e comum, e aqueles que obtêm êxito na conquista são sempre louvados, e jamais criticados".²⁴

A realeza maquiaveliana

Escrevendo um século e meio antes de Bossuet, uma das intenções declaradas de Maquiavel foi a de romper a moldura religiosa que envolvia a realeza cristã. Este aspecto de sua obra, que a teoria política contemporânea exalta como a modernidade do autor, na prática teve pouco êxito. As defesas do direito divino dos reis, em forma de complexo doutrinal, são posteriores a Maquiavel, tendo sua maior penetração entre as sociedades européias na segunda metade do século XVII. Romper com o envoltório religioso do pensamento e da prática política, desestruturando os elementos místicos da realeza sagrada, certamente foram tarefas que ultrapassaram em muito a força iconoclasta do autor de Florença. O pensamento político de Maquiavel fez poucos descendentes no século XVII. Mas, sua obra conheceu tanto sucesso, em especial *O Príncipe*, a ponto de ser lida, avaliada e combatida ao longo de toda a Época Moderna. E com tanto mais razão num reino que cultuava o mito da linhagem real mais antiga de toda a cristandade.

Se na Itália do século XVI desenvolveram-se circunstâncias favoráveis à explosão de talentos ociosos em várias áreas, e mais especificamente no campo do poder abriram-se caminhos para impulsos heróicos, a França do século XVII era um espaço político muito pouco propício para a ação de aventureiros. Reino situado nos marcos culturais e políticos da Contra-Reforma, acabou-se por acen-tuar aí uma cosmovisão de base solidamente religiosa. A *Politique* de Bossuet, acerca da qual Jacques Truchet propõe como título mais

²³ BOSSUET, J.-B. *Op. cit.* pp. 59-60.

²⁴ MAQUIAVEL *Op. cit.* p. 80.

adequado *O Príncipe*, é sem dúvida um combate contra reis que não se inscrevem no modelo religioso do poder:

A tarefa do preceptor consiste antes de tudo a formar a consciência do príncipe. Trata-se, em suma, de traçar o retrato de um rei perfeito. O príncipe, pode-se dizer, tal seria efetivamente o título exato da obra que Bossuet intitulou Politique'. Isto é verdade também para seus sermões e suas cartas ao rei. É quase a totalidade de seus escritos políticos que poderia se chamar assim – ou ainda, por um título mais recente e mais modestamente ilustrado, O Monarca.²⁵

O que há de comum na história sagrada e no maquiavelismo político é o império dos grandes homens. De fato, em ambas concepções, a história encontra-se dominada pela atividade pessoal de indivíduos privilegiados. No maquiavelismo, a realeza mágica é o centro da narrativa, tal o destaque dado ao novo príncipe, ao indivíduo valoroso que, encontrando uma oportunidade, em meio a conjuntura favorável, sabe deslocar as peças e derrotar os adversários. Maquiavel vai ao extremo de prescrever uma receita infalível para se manter no poder: "Se fosse possível modificar nossa natureza, para ajustá-la aos tempos e às circunstâncias, nossa sorte jamais mudaria".²⁶ De fato, a tradição de realismo político na Itália remontava a quase um século antes de Maquiavel ter escrito *O Príncipe*.²⁷ Ele próprio admite no livro ter se esforçado por afastar-se por completo dos princípios medievais, que haviam dominado a política.

Desse modo, Maquiavel concede espaço e importância à religião, curiosamente abordada sob um ângulo sociológico sem paralelo nas convenções religiosas do discurso político de sua época, e bem depois dela. Nos anos sangrentos das Guerras de Religião Henrique IV, que podemos tomar como figura modelar da realeza heróica maquiaveliana – possuía apenas o vigésimo primeiro na linha sucessória entre os príncipes de linhagem – deu mostras do hábil emprego de uma sabedoria política que parece descender em linha direta do realismo maquiaveliano. Prisioneiro por longo tempo em Versalhes, após o massacre da Noite de São Bartolomeu, fez concessões inimagináveis ao primeiro dos huguenotes franceses. Depois de sua fuga e de sua nova ascensão como líder do "partido" protestante, não se incomodava de ser seguido por católicos, e de tê-los em grande número em sua corte. Henrique IV fez um emprego calculado da religião, a ponto de um contemporâneo, Michel de Montaigne, ter-lhe dito que numa corte em

²⁵ TRUCHET, Jacques (org.) *Op. cit.* p. 40.

²⁶ MAQUIAVEL *Op. cit.* p. 128.

²⁷ Cf. LEFORT, C. *As formas da História*. São Paulo: Brasiliense, 1990; BIGNOTTO, N. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.; WOLIN, S. *Politics and vision*. Boston, Little-Brown and Company, 1960. Wolin, 1960.

que há duas religiões, na realidade não há nenhuma, porque os que não fazem distinção entre a verdadeira e a falsa podem dispensar ambas. O fato é que se tomou paradigmática a frase atribuída ao rei de Navarra, que teria afirmado: “quem cumpre o seu dever é da minha fé, mas eu sou da fé daqueles que são bravos e bons”. Revela-se aqui a ambigüidade pragmática do realismo político de um príncipe que projetou unir um reino dividido por crenças irreconciliáveis. Mas este emprego calculado da virtude da tolerância não deve significar que, muito tempo após Maquiavel, o valor da persuasão estava no fato de o discurso político ser construído por imagens religiosas. O historiador de Florença não descuidou de mencionar as virtudes principescas e de introduzir a religião em sua obra, ainda que sob um ângulo diverso da tradição:

Deve o príncipe ter muito cuidado para que suas palavras nunca deixem de refletir as cinco qualidades acima indicadas, de forma que quem o veja e ouça pense ser todo ele piedade, fé, integridade, humanidade e religião. Nada mais necessário do que a aparência da religiosidade, já que de modo geral os homens julgam mais com os olhos do que com o tato: todos podem ver, mas poucos são capazes de sentir. Todos vêem nossa aparência, poucos sentem o que realmente somos, e estes poucos não ousarão opor-se à maioria que tenha a majestade do Estado a defendê-la; na conduta dos homens, especialmente dos príncipes, da qual não há recurso, os fins justificam os meios. Portanto, se um príncipe pretende conquistar e manter um Estado, os meios que empregue serão sempre tidos como honrosos, e elogiados por todos, pois o vulgo se deixa sempre levar pelas aparências e os resultados; o mundo se compõe só de pessoas vulgares e de umas poucas que, não sendo vulgares, permanecem isoladas quando a multidão se reúne em torno do soberano.²⁸

O maquiavelismo político está fundado, quase por completo, no heroísmo do príncipe. Para Maquiavel, as virtudes dos *espelhos de príncipes* medievais estavam descontextualizadas, porque relacionadas apenas aos valores da alma. A verdadeira virtude de um príncipe devia ser a de fomentar respeito à sua autoridade de guerreiro. Seu realismo político vai ao ponto de efetuar uma verdadeira fluidificação do seu novo catálogo de virtudes e vícios principescos, basicamente porque, do ponto de vista prático, uma alta virtude pode se revelar inútil e um vício desprezível, altamente eficaz: “Isto porque, se se refletir bem será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar”.²⁹ Este maquiavelismo parece ter feito eco num futuro longínquo. La Bruyère,

²⁸ MAQUIAVEL *Op. cit.* p. 111.

²⁹ *Idem. ibidem.* p. 111.

por exemplo, na Segunda metade do século XVII, considerava que “não há vício que não tenha alguma semelhança com qualquer virtude e que dela não se aproveite”.³⁰

O maquiavelismo recusou a transcendência e voltou as costas para a tradição. Seu ponto de ruptura, ou melhor, sua modernidade, talvez possa ser resumida pela máxima de que “não haverá dificuldade onde houver um grande desejo”.³¹ Richelieu, um Maquiavel da posteridade, pensa da mesma forma, já que para ele “...entre o querer e o fazer não existe nenhuma diferença devido à facilidade que se encontra na execução. Mas é preciso querer efetivamente, quer dizer, com tal firmeza que queiramos sempre, que após ter ordenado a execução, se faça castigar severamente aqueles que não obedecem”.³²

Sem dúvida, a religião foi uma das maiores vítimas do maquiavelismo. Mas, há também desprezo em relação aos governantes hereditários. A grande aliada de Maquiavel é a realeza heróica. O autor acaba por elaborar um novo princípio de legitimidade, baseado na eficácia do feito. No maquiavelismo político o pólo sagrado e hereditário do poder é inferior ao pólo mágico e heróico, porque não requer habilidades nem conhecimentos especiais: já encontra em seu favor a tradição e a lealdade dos súditos, sem que para isso tenha de empreender maiores esforços. Tanto é assim que os principados hereditários não representam interesse teórico para Maquiavel; grandeza e glória são muito maiores quando se conquista um reino, e não quando se herda. Daí sua grande admiração por Castruccio Castracani, pobre diabo abandonado na mais tenra idade num quintal e tomado, pelo próprio valor, príncipe de cidades:

*... Seus feitos tiveram grande importância, considerando-se a época e o lugar em que viveu; como as outras personagens que nos interessam aqui, não teve nascimento feliz ou ilustre, o que se verá na narrativa de sua vida, que quis registrar para benefício da memória dos homens, por haver nela encontrado muitos exemplos extraordinários da ação, do valor e da sorte.*³³

Somente ao novo príncipe cabe a dupla glória de fundar um reino e conformá-lo segundo sua própria vontade, coisa impossível ao príncipe hereditário, que deve sua autoridade ao fato de honrar a ordem pré existente. Um príncipe novo, que se mantenha no poder por *virtù*, parecerá antigo e se sentirá mais seguro em seu reino do que se houvesse simplesmente envelhecido nele. A vontade de se manter levado do feito fundador à busca da duração, baseada em seus próprios

³⁰ LA BRUYÈRE, *Op. cit.* p. 119.

³¹ MAQUIAVEL, *Op. cit.* p. 130.

³² RICHELIEU, “Testament politique”. In: *Oeuvres du Cardinal de Richelieu*. Paris: Plon, 1933. (Avec introduction et des notes par Roger Gaucheron). p. 58.

³³ MAQUIAVEL, *Op. cit.* p. 46.

recursos: “o Estado é uma obra de arte do príncipe”.³⁴ Desdenhando de maneira tão contundente o princípio hereditário, aclamado de uma maneira geral pelos grandes escritores políticos até fins do século XVII, o maquiavelismo político reflete a extrema mobilidade social da Renascença e a veloz mudança do poder entre os grupos de elite das cidades-Estado, o que levou Jacob Burckhardt a falar numa “era de bastardos”:

Se os príncipes tivessem podido fiar-se, ao menos, nos seus parentes mais próximos! Mas em situações em que tudo era ilegítimo, não podia estabelecer-se um verdadeiro direito de herança, quer para a sucessão ao poder, quer para a partilha dos bens; Por isso, nos momentos de crise, um primo ou um tio resoluto afastava no interesse da própria casa, o filho menor ou incapaz do príncipe que deixava de existir. Havia igualmente discussões contínuas a propósito da exclusão ou do reconhecimento dos bastardos. Assim um grande número dessas famílias contava, no seu seio, membros descontentes que, muitas vezes, recorriam à traição aberta e se vingavam matando os seus parentes.³⁵

A hereditariedade do poder, nesse clima de fugacidade, tornou-se um princípio anacrônico no tempo de Maquiavel. Desse modo, é compreensível ter se tornado o novo príncipe na imagem paradigmática de uma época de transformações rápidas. Vivendo num reino de longuíssima tradição monárquica, de forte centralização administrativa para os padrões de seu tempo, e que havia conhecido episódios amargos em sua história mais recente – como duas guerras civis, para as quais o único remédio eficaz fôra a reafirmação do poder real –, a tradição absolutista de Bossuet não podia consentir que o Estado fosse modelado pelas mãos do príncipe. Isto porque “é Deus quem faz os reis e quem estabelece as casas reinantes”.³⁶ Na Europa do século XVII o combate contra o maquiavelismo se deu principalmente em relação a uma perspectiva que toma a história como um frenesi contínuo e destruidor. Para Bossuet, a história como concebida pelo “príncipe das trevas”, se assim podemos referir, está sempre sobre um ponto de equilíbrio precário, sendo que o princípio estabilizador – a realeza sagrada – corre sérios riscos. Dessa maneira, o príncipe de Bossuet é sempre concebido como o centro de gravidade da ordem política, e nunca como elemento de ruptura. De um ponto de vista histórico, ou seja, olhando para a história da Época Moderna, é preciso dar razão a Bossuet.

Os príncipes virtuosos na fé e em outras virtudes cristãs, que tiveram por princípio de legitimidade de seu poder a hereditariedade, perpetuaram-se por muito mais tempo e mantiveram o poder real em suas próprias casas. Bossuet tem igualmente razão em apontar a na-

³⁴ Cf. WOLIN, S. *Op. cit.*

³⁵ BURCKHARDT, J. *A civilização do renascimento italiano*. Lisboa: Editorial Presença, 1983. p. 15.

³⁶ BOSSUET, J.-B. *Op. cit.* p. 271.

tureza frágil do poder "mágico", fundado na conquista. Na realeza heróica, conforme os exemplos apresentados por Maquiavel, a permanência é sempre precária e a luta pela perpetuação no poder não se interrompe nunca. O novo príncipe vive em estado de permanente tensão e alerta, algo como o herói do bosque de Nemi, narrado por Frazer. Como afirma Georges Balandier "as sociedades da modernidade estão, sob estes aspectos, mais próximas da tradição do que parece. Elas mudaram o modo de representação, mas não tocaram no essencial. Um candidato ao cargo supremo não pode irromper, surgir do desconhecido, a não ser em circunstâncias excepcionais que façam dele um herói e salvador".³⁷ No século XVIII, o grande Voltaire havia refletido sobre a mesma questão, o que demonstra a propriedade da análise de Balandier. Conta Voltaire que

a maior parte dos parisienses, nascidos e modelados sob o reinado de Luís XIV, viam a um rei como a uma divindade, e a um usurpador como a um sacrílego. A plebe, que assistiu a Jaime II ir todos os dias à missa, detestava o herético Guilherme de Orange. A imagem de um genro e de uma filha que haviam expulsado seu pai, a de um protestante que reinava em lugar de um católico, enfim, a de um inimigo de Luís XIV, arrebatava aos parisienses com uma espécie de furor.³⁸

Conclusão

Desenvolveu-se até aqui o tema do antimachiavelismo político, traço marcante na literatura dos círculos eclesiásticos na segunda metade do século XVII. A intenção foi a de tentar evidenciar como os textos de Maquiavel inspiraram todo um combate contra seus princípios políticos. Leitor atento de Maquiavel, em especial de textos como *O Príncipe* e a *História de Florença*, Bossuet escreveu sua *Politique* partindo de princípios contrários. Seu diálogo com Maquiavel se estabeleceu muitas vezes de forma direta em relação a vários temas, revelando um interlocutor guiado por valores éticos e políticos exatamente opostos. Procurou-se mostrar que o diálogo de Bossuet com Maquiavel assume um caráter combativo e direto, quando se trata da discussão sobre elementos como o princípio dinástico e hereditário do poder real, concebendo a moral cristã como a única barreira contra o desencadeamento das paixões, e a religião como o guia seguro na condução das coisas do Estado. Em suma, que o machiavelismo político não pode abalar um reino cujo príncipe virtuoso se fortalece nos ensinamentos da história sagrada.

³⁷ BALANDIER, G. *O poder em cena*. Brasília: EUB, 1981. p. 17.

³⁸ VOLTAIRE. *Op. cit.* p. 146.